



C A P Í T U L O 5

Entre invisibilização e revisão empírica: a construção historiográfica da escravidão no interior de Pernambuco e em Caruaru

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.059112616015>

Mázio Miguel Silva dos Santos

Mestrando de História.
Universidade Católica de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A historiografia da escravidão no Brasil foi, por longo tempo, estruturada a partir de um eixo interpretativo centrado no litoral, especialmente nas regiões de plantation açucareira e, posteriormente, nas áreas mineradoras. Em Pernambuco, essa perspectiva consolidou a Zona da Mata e o Recife como referências privilegiadas para a compreensão do regime escravista, convertendo sua experiência histórica em paradigma explicativo da escravidão provincial. Como consequência, o Agreste e o Sertão foram frequentemente concebidos como espaços periféricos, marcados por economias frágeis e uso reduzido da mão de obra cativa, reforçando a ideia de um escravismo interiorano residual.

Essa leitura, influenciada por abordagens estruturalistas e economicistas, contribuiu para a oposição entre litoral e interior, plantation e pecuária, modernidade e atraso, relegando as dinâmicas sertanejas a um plano secundário. Paralelamente, a produção memorialista local enfatizou famílias colonizadoras e marcos institucionais, tratando a escravidão como elemento marginal na formação regional.

A partir da década de 1980, contudo, pesquisas fundamentadas em inventários post-mortem, registros paroquiais, documentação cartorial e estudos demográficos passaram a demonstrar que a presença de escravizados no Agreste e no Sertão pernambucanos foi mais significativa do que indicava a historiografia clássica. Estudos quantitativos e micro-históricos evidenciaram a inserção dos cativos nas atividades

pecuaristas, algodozeiras e agrícolas, enquanto investigações sobre territorialidades negras ampliaram o debate ao incorporar dimensões identitárias e comunitárias da experiência escrava no interior.

Para compreender a evolução da historiografia sobre o interior pernambucano, é útil situá-la no contexto mais amplo do campo historiográfico, entendido como o conjunto dinâmico de maneiras de produzir e problematizar conhecimento histórico. José D'Assunção Barros (2010) argumenta que a História contemporânea não se organiza em um único método ou objeto, mas em diversos campos como História Social, Cultural e Micro-história, que configuram formas distintas de abordagem e interpretação.¹

De modo semelhante, a noção de campo cultural elaborada por Pierre Bourdieu (1996) enfatiza que os discursos científicos, as categorias analíticas e as relações de poder entre agentes intelectuais moldam as condições de produção de conhecimento, ou seja, como e por que certas interpretações historiográficas prevalecem enquanto outras permanecem marginalizadas.²

Diante desse percurso interpretativo, impõe-se uma questão central: o interior pernambucano foi efetivamente marginal no sistema escravista oitocentista ou foi marginalizado por determinadas escolhas historiográficas que privilegiaram o litoral como paradigma explicativo? A invisibilização do Agreste e do Sertão decorreu de ausência empírica ou de hierarquias interpretativas que moldaram a produção do conhecimento histórico?

É nesse contexto que se insere o presente artigo. A partir de uma análise crítica da produção historiográfica sobre a escravidão no Agreste e no Sertão pernambucanos, sustenta-se que o interior não constituiu periferia marginal do sistema escravista, mas integrou, com especificidades próprias, sua estrutura social e econômica no século XIX. O estudo examina as principais mudanças de perspectiva que redefiniram o lugar do interior na historiografia, desde a consolidação do paradigma litoralista até a incorporação de análises regionais, estudos de caso e debates sobre memória e territorialidade negra.

METODOLOGIA

1. BARROS, José D'Assunção. Sobre a noção de campo histórico. História e-História, Unicamp, 2010.

2. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza historiográfica e documental, fundamentada na análise crítica da produção acadêmica sobre a escravidão no Agreste e no Sertão pernambucanos. A investigação não se pretende um levantamento exaustivo, mas uma análise interpretativa voltada à identificação das mudanças de perspectiva e das permanências analíticas que moldaram esse campo de conhecimento.

Para a construção do corpus de análise, adotou-se como critério seletivo a identificação de obras que promoveram o que se pode chamar de “aprofundamento documental”. Isso significa que, embora o recorte temporal abranja desde meados do século XX até as primeiras décadas do século XXI, privilegiaram-se trabalhos que romperam com a tradição puramente ensaística ou estruturalista para fundamentar suas teses em documentação seriada. Assim, a seleção priorizou pesquisas que mobilizam inventários post-mortem, registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos), escrituras cartoriais e dados demográficos, além de estudos regionais, micro-históricos e pesquisas sobre territorialidades negras e memória local por serem estas as fontes que permitiram o questionamento empírico da suposta marginalidade do escravismo interiorano.

O procedimento consistiu na sistematização da bibliografia relevante, seguida de análise comparativa das interpretações apresentadas pelos autores, com ênfase na forma como situaram o Agreste e o Sertão no sistema escravista provincial. O material foi organizado em eixos temáticos que evidenciam diferentes momentos da produção historiográfica: a marginalização inicial do interior, as revisões empíricas posteriores e a ampliação das abordagens regionais e territoriais.

Adotou-se perspectiva analítica que articula escalas provincial, regional e local, privilegiando o exame das categorias interpretativas, dos recortes espaciais e das fontes mobilizadas. Buscou-se, assim, compreender os processos de construção do conhecimento histórico sobre a escravidão no interior pernambucano, a partir da análise crítica de obras representativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O paradigma litoralista e a marginalização do interior

Desde os primeiros anos da colonização, o território brasileiro foi marcado por uma divisão espacial que reservava ao litoral a produção de exportação, inicialmente o pau-brasil e, em seguida, o açúcar, enquanto o interior era ocupado pela agropecuária voltada ao abastecimento. A historiografia pernambucana consolidou a hegemonia do Recife como centro econômico e político da província, transformando sua experiência histórica em narrativa predominante. Como observa Raimundo Arrais

(2004), a história de Pernambuco foi muitas vezes contada a partir da capital, e, no campo da escravidão, privilegiou-se o modelo das plantations açucareiras da Zona da Mata, que passaram a representar o regime escravista como um todo.³ No entanto, como adverte Luciano Mendonça (2009), a escravidão no Brasil não se reduzia à grande plantation. Já as áreas no interior do território ficaram destinadas à produção agropecuária, voltada ao abastecimento interno da colônia.⁴ No Agreste⁵ e Sertão⁶ pernambucanos, essa dinâmica assegurou não apenas o desbravamento e a ocupação de amplas áreas, mas também a integração de economias locais que, apesar de pouco valorizadas pela historiografia tradicional, foram fundamentais para sustentar a vida colonial e a reprodução do escravismo em espaços afastados da cana-de-açúcar.

Paralelamente, começava a se consolidar no imaginário social a visão do Sertão como espaço de miséria e ausência de civilização. Suzana Cavani Rosas e Tanya M. Pires Brandão (2010), na apresentação da obra “Os sertões: espaços, tempos, movimentos”, destacam que essa concepção remonta ao período colonial, quando representantes da metrópole, no século XVIII, foram encarregados de impor a lei e a ordem no interior do Brasil. A ideia de uma terra desabitada e improdutiva se somou à representação do Sertão como território habitado por homens rudes, violentos, resistentes à dominação, analfabetos e distantes da sociabilidade das zonas costeiras. Essa imagem ganhou maior consistência no século XIX, sobretudo no interior nordestino, marcado pelo acirramento dos conflitos entre diferentes grupos sociais da região.⁷

Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que o Sertão e o Agreste pernambucanos não constituíam espaços de uso efetivo da mão de obra escravizada.

3. Ver obra ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanas / FFLCH/USP, 2004.

4. Ver obra LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

5. O conceito de agreste será entendido de acordo com Kempton Webb, que diz: enquanto a Mata e o Sertão, desde o início da ocupação europeia, se mostraram bem caracterizados como ambientes geográficos, o Agreste foi uma criação mais recente, do século XIX: “com sua diversidade de produção, bem como de tamanhos de propriedades, foi uma resposta ao surgimento das cidades e à maior especialização de funções na Região. No Nordeste tradicional, havia na realidade apenas duas atividades: cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata e criatório de gado no interior. E até o século dezanove, o interior compreendia tanto o Sertão como o Agreste. As Regiões Tradicionais dos tempos coloniais – Sertão e Mata – não podiam satisfazer as demandas dos séculos dezanove e vinte. Daí porque o Agreste foi inventado” (Webb, 1979, p. 121). In: WEBB, Kempton E. A face cambiante do Nordeste do Brasil. Tradução de J. Alexandre R. Orrico. Rio de Janeiro: Apec Editora/Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 1979.

6. O conceito de sertão, até o fim do século XIX, foi muito utilizado para designar o interior. As áreas situadas além das Serras das Russas eram identificadas como sertões. Conforme observa Kalina Silva, “o sertão é um espaço ainda não muito bem delimitado, percebido como a antítese da imagem de civilização, que para esses personagens está atrelada à colonização. Como tal, sertão é a área selvagem por excelência, temida e idealizada como espaço de riquezas e liberdades ilícitas.” (SILVA, 2003, p. 18). In: SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Nas solidões vastas e assustadoras - os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

7. ROSAS, Suzana Cavani; BRANDÃO, Tanya Maria Pires (org.). Os sertões: espaços, tempos, movimentos. Recife: Editora Universitária, 2010.

Argumentava-se que o cativo seria pouco viável devido ao alto custo dos cativos diante das adversidades da vida sertaneja, como as longas estiagens, as dificuldades de transporte e vigilância, além da suposta falta de adaptação dos escravizados para os trabalhos pastoreios. Essa visão reforçava a oposição entre litoral e interior, de um lado, o civilizado, moderno e integrado ao mercado atlântico, de outro, o bárbaro, atrasado e marginal. Nesse sentido, a própria historiografia, de acordo com Suzana Cavani e Tanya Maria Pires Brandão (2010), até a década de 1970, insistia em negar a existência de uma sociedade escravista consistente no Sertão pernambucano, tratando a escravidão como rara ou irrelevante na economia pastoril.

A tradição historiográfica representada por Caio Prado Júnior (1961) e Capistrano de Abreu (1998) difundiram uma interpretação econômica do Brasil a partir do sistema açucareiro e minerador como eixos estruturantes da formação econômica colonial, o que acabou por conferir menor centralidade analítica às dinâmicas produtivas do interior, especialmente à pecuária. Nesse contexto interpretativo, Capistrano de Abreu (1998) destacou as especificidades da pecuária sertaneja, caracterizada pela dispersão espacial e pela mobilidade do trabalho, o que teria implicado menor concentração de escravizados quando comparada às áreas açucareiras.⁸ De modo semelhante, Caio Prado Júnior (1961) enfatizou as dificuldades de controle e vigilância em territórios amplos e pouco povoados, observando que o pessoal empregado na pecuária se restringia, em geral, ao vaqueiro e a poucos auxiliares, por ele denominados “fábricas”, que podiam ser escravizados, mas eram frequentemente trabalhadores livres ou assalariados.⁹ Essas interpretações não negavam a existência da escravidão no Sertão, mas tendiam a relativizar seu papel estruturante na economia regional. A partir da década de 1980, contudo, pesquisas empíricas baseadas em inventários post-mortem, registros paroquiais e estudos demográficos demonstraram que a presença de escravizados no semiárido era mais significativa do que sugeria a historiografia tradicional, evidenciando que, ainda que com especificidades regionais, a escravidão também integrou de maneira estrutural as economias sertanejas.

Nesse contexto de revisão historiográfica, o debate deixou de se restringir a interpretações estruturais amplas e passou a incorporar análises regionais mais detalhadas, fundamentadas em documentação seriada e fontes locais. No caso do interior pernambucano, especialmente das áreas agrestinas e sertanejas, pesquisas desenvolvidas a partir do final do século XX ampliaram significativamente o conhecimento sobre a presença e o papel da mão de obra escravizada nas economias pecuaristas e agrícolas. Ao examinar inventários, registros paroquiais, documentos

8. ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 107-182. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>. Acesso em: 18.02.2026.

9. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 186-188. Disponível em: https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofos_Brasil/Formacao_Brasil-Caio_Prado.pdf. Acesso em: 18.02.2026.

cartoriais e dados demográficos, esses estudos evidenciaram a inserção dos cativos nas dinâmicas produtivas do interior, relativizando a antiga percepção de marginalidade do Sertão no sistema escravista. É nesse movimento de aprofundamento empírico e regionalização da análise que se inserem os trabalhos voltados especificamente para a escravidão no interior de Pernambuco.

Assim, o chamado paradigma litoralista não se limitou a uma preferência temática, mas constituiu uma moldura interpretativa que condicionou a percepção histórica do espaço interiorano. Ao definir o açúcar e a mineração como eixos estruturantes da formação colonial, reduziu-se a capacidade de perceber a complexidade das economias de abastecimento, das redes internas de circulação e das formas regionais de organização do trabalho escravo. A marginalização do interior não foi apenas geográfica, mas também historiográfica, produzindo um silêncio interpretativo que apenas nas últimas décadas começou a ser sistematicamente questionado.

É precisamente nesse ponto que as revisões historiográficas posteriores ganham relevância. Ao mobilizar documentação seriada e estudos regionais, essas pesquisas passaram a questionar a imagem de um interior marginal ou residual, abrindo caminho para a reavaliação do papel desempenhado pelo Agreste e pelo Sertão na configuração do sistema escravista pernambucano. A partir desse movimento, o debate desloca-se da oposição litoral/interior para a investigação empírica das dinâmicas específicas que estruturaram a escravidão em espaços interioranos.

Primeiras fissuras: pioneiros da revisão historiográfica

A partir da segunda metade do século XX, começaram a surgir investigações que, ainda de forma incipiente, tensionaram a hegemonia do paradigma litoralista e lançaram novas possibilidades de interpretação para a escravidão no interior pernambucano. Essas iniciativas não constituíram, de imediato, uma ruptura teórica estruturada, mas representaram fissuras importantes ao deslocarem o olhar historiográfico para fontes locais e experiências regionais até então pouco exploradas.

Um dos primeiros indícios desse movimento pode ser identificado nos esforços de Augusto Duque, ainda na década de 1940, ao reconhecer o potencial dos inventários post-mortem como fontes privilegiadas para a reconstrução da vida social e econômica do Sertão. Embora seu projeto de levantamento sistemático não tenha sido concluído, a própria valorização dessa documentação revelava uma sensibilidade metodológica distinta da tradição predominantemente ensaística e estrutural. Ao sugerir que a compreensão do interior dependia da análise minuciosa das fontes cartoriais, Duque antecipava uma orientação empírica que só se consolidaria décadas depois.¹⁰

10 .DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da Revista do Arquivo Público, 7.34, 1.º semestre, 1947. p. 27-28.

Décadas depois, novas abordagens começaram a desconstruir a invisibilidade da escravidão no Agreste. O trabalho de Ivete de Moraes Cintra (1988) intitulado “Gado brabo de senhores e senzalas”, analisa as relações entre escravidão e pecuária na comunidade de São Bento do Una, destacando um regime escravista marcado por maior mobilidade dos cativos e por vínculos sociais mais flexíveis do que aqueles observados nas zonas açucareiras. Trata-se de um estudo pioneiro, que evidencia como a atividade pastoril configurava formas singulares de escravidão no interior. A autora investiga múltiplos aspectos da escravidão em São Bento do Una, território vinculado a Garanhuns até meados de 1850, apoiando-se em ampla pesquisa documental que inclui inventários post-mortem, ações de liberdade, cartas de alforria e escrituras de compra e venda de escravizados.¹¹

Ainda na década de 1980, o estudo de Cleonir Costa e Vera Lúcia Acioli (1991), resultado de um projeto realizado entre 1982 e 1984, analisou a documentação histórica de 25 municípios da Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco. O objetivo foi localizar, preservar e divulgar fontes paroquiais e cartoriais, muitas delas em risco de perda, além de sensibilizar os responsáveis por sua guarda. Os resultados foram apresentados em relatórios (1983 e 1985) e depois sistematizados em uma publicação.¹²

As autoras constatarem o estado precário da documentação, sobretudo nos cartórios, mas ressaltam o valor histórico dos registros que restaram. Nos arquivos paroquiais, destacam-se os livros de batismo, casamento e óbito como fundamentais para a demografia histórica e a história social da escravidão. Até 1871, todos os batismos (brancos, pardos, negros e indígenas) eram registrados juntos; após a Lei do Ventre Livre, os filhos de escravas passaram a ter livros separados. Os registros de óbitos, muitas vezes com causa mortis, permitem investigar a mortalidade cativa marcada, por exemplo, por mortes de crianças escravizadas por desnutrição e más condições sanitárias nas senzalas.

11. Diversos estudos acadêmicos e relatórios técnicos já foram realizados sobre o Serrote do Gado Brabo, abrangendo diferentes perspectivas disciplinares. Destacam-se, inicialmente, a obra de Ivete de Moraes Cintra (1988), que analisou o processo histórico de formação da localidade (CINTRA, Ivete de Moraes. Gado brabo de senhores e senzalas. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988); o relatório de identificação elaborado por Lêda de Oliveira Dias (2002) para fins de certificação da comunidade junto à Fundação Cultural Palmares (DIAS, Lêda de Oliveira. Relatório de Identificação da Comunidade Negra Rural Remanescente de Quilombo Serrote do Gado Brabo – Município de São Bento do Una. Fundação Cultural Palmares, 2002); os estudos antropológicos de Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros (2002), incluindo relatório preliminar de bens culturais produzido no âmbito do IPHAN (MEDEIROS, Bartolomeu Tito F. Comunidades Quilombolas: recompondo os estudos sobre o negro brasileiro rural: o caso do Serrote do Gado Brabo. NEPE/PPGA/UFPE, 2002); e, por fim, a dissertação de Francisco Marcelo Gomes Ferreira (2008), que desenvolveu análise etnográfica da comunidade, abordando identidade, territorialidade e memória coletiva (FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. Serrote do Gado Brabo: identidade, territorialidade e migrações em uma comunidade remanescente de Quilombo. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008).

12. COSTA, Cleonir e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Aspectos da escravidão em Pernambuco: uma amostragem da documentação paroquial e cartorial de seus municípios, Revista de História Municipal, Recife: FIAM, ano III, nº 4, mar. 1991.

Já os cartórios guardam rica documentação sobre a escravidão no século XIX. Os inventários, escrituras e registros revelam práticas como: partilha de escravos em frações (“meias” ou “bandas”) entre herdeiros, podendo um mesmo cativo ser dividido em várias partes; alforrias parciais, quando o escravo comprava apenas uma parte de si mesmo, aguardando juntar recursos para a liberdade plena; uso de escravos como garantia em empréstimos, dotes e transações comerciais; compra e venda de direitos sobre serviços de ingênuos (filhos de escravas nascidos após 1871), até completarem 21 anos.

As autoras chamam atenção para as ações judiciais movidas por escravos contra senhores, pleiteando reconhecimento do pecúlio e obtenção da liberdade. Documentos mostram cativos economizando recursos para comprar sua alforria, enfrentando a resistência dos proprietários. Casos de alforria condicional em que o escravo só era libertado após a morte do senhor ou permanecendo ao seu serviço são recorrentes, refletindo tanto a dependência senhorial quanto a importância econômica da mão de obra cativa.

O estudo evidencia também práticas de violência, abandono de cadáveres de escravos às portas das igrejas (para evitar gastos de sepultamento), venda de crianças separadas das mães antes da Lei de 1871 e a instrumentalização do corpo escravizado como simples mercadoria. Por outro lado, aparecem sinais de ascensão de libertos no Recife e no interior, que acumulavam bens, possuíam escravos e deixavam testamentos, revelando trajetórias de mobilidade social.

O estudo de Cleonir Costa e Vera Lúcia Acioli (1991) ocupa lugar de destaque na historiografia da escravidão em Pernambuco por ser um dos primeiros esforços sistemáticos de levantamento documental nos municípios do interior, especialmente no Agreste. Sinalizou para a necessidade de deslocar o olhar historiográfico do litoral para o Agreste, mostrando que a escravidão não foi residual, mas constitutiva das práticas sociais e econômicas da região. Diferentemente da tradição memorialista, que deixava apenas menções fragmentadas à presença negra, e da historiografia clássica (Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr.), que minimizava ou negava a relevância do trabalho escravo fora das zonas açucareiras, esse levantamento forneceu bases empíricas sólidas para uma leitura ampliada da escravidão em Pernambuco.

A importância desse trabalho se revela em dois níveis. No plano documental, as autoras demonstraram a riqueza das fontes paroquiais e cartoriais para a história social e demográfica, evidenciando práticas como partilhas fracionadas, alforrias parciais e a utilização dos ingênuos como força de trabalho após a Lei do Ventre Livre, dados que ajudam a perceber a complexidade das relações escravistas além da plantation açucareira. No plano historiográfico, Costa e Acioli anteciparam conclusões que seriam aprofundadas por pesquisas posteriores, como as de Flávio

Versiani e José Raimundo Vergolino (2003), que, a partir da análise quantitativa de inventários, comprovaram a centralidade da posse de escravos na estrutura de riqueza do Agreste e do Sertão.

Esses trabalhos pioneiros não chegaram a formular um modelo interpretativo abrangente para a escravidão interiorana, mas desempenharam papel fundamental ao deslocar o foco da macroestrutura econômica para a investigação documental sistemática. Ao demonstrar empiricamente a presença significativa de escravizados no Agreste e ao valorizar fontes até então negligenciadas, abriram caminho para que pesquisas posteriores, especialmente aquelas baseadas em análises quantitativas de larga escala, consolidassem a revisão do paradigma litoralista.

Assim, as primeiras fissuras na historiografia não se deram por meio de uma negação frontal das interpretações clássicas, mas por um movimento de ampliação metodológica e regionalização do olhar. Ao incorporar documentação local e problematizar a suposta marginalidade do interior, esses autores inauguraram uma agenda de pesquisa que permitiria, nas décadas seguintes, redefinir o lugar do Agreste e do Sertão na história da escravidão pernambucana.

Consolidação empírica e levantamento documental seriado

Se os estudos das décadas de 1980 representaram fissuras iniciais no paradigma litoralista, foi a partir dos anos 2000 que a revisão historiográfica sobre a escravidão no interior pernambucano ganhou densidade empírica e consistência metodológica. A incorporação sistemática de documentação seriada, especialmente inventários post-mortem, registros paroquiais e dados demográficos, permitiu quantificar a presença escrava e redefinir o lugar do Agreste e do Sertão na estrutura econômica da província.

Nesse contexto, o trabalho de Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Vergolino (2003) constitui marco decisivo. Ao analisarem 647 inventários (444 do Agreste¹³ e 203 do Sertão), os autores demonstraram que entre 30% e 40% da população escravizada da província de Pernambuco, no século XIX, encontrava-se fora da Zona da Mata. Esse dado, por si só, tensiona a narrativa tradicional que associava o cativeiro quase exclusivamente à plantation açucareira. A partir da mensuração da posse de escravizados e de sua participação na composição da riqueza regional, Versiani e Vergolino evidenciaram que a economia interiorana, ainda que distinta da monocultura exportadora, incorporava o trabalho cativo de forma estrutural, especialmente nas atividades ligadas à pecuária, ao cultivo do algodão e à agricultura de subsistência.¹⁴

13. Os documentos do agreste pertencem aos municípios ao redor das atuais cidades de Pesqueira, ao norte, e Garanhuns, ao sul do Estado.

14. VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza

A contribuição desses autores não se limita à quantificação da presença escrava. Ao demonstrar que a posse de cativos representava parcela significativa da riqueza inventariada no Agreste e no Sertão, o estudo desloca a interpretação da escravidão interiorana de um modelo residual para uma lógica estrutural adaptada às condições regionais. A dispersão espacial das propriedades e o menor número médio de escravizados por unidade produtiva não implicavam irrelevância econômica, mas sim um padrão distinto de organização do trabalho e da acumulação.

Esse movimento de consolidação empírica foi aprofundado por pesquisas posteriores. O trabalho de Pedro Acioly Teixeira (2019), orientado por Flávio Rabelo Versiani, ampliou a escola de análise ao examinar cerca de quatro mil inventários, totalizando aproximadamente vinte mil indivíduos escravizados, comparando preços segundo sexo, origem (africanos e brasileiros), atividade desempenhada (rurais e domésticos, qualificado e não qualificado) e recorte regional (Agreste, Sertão, Zona da Mata e Recife). De modo geral, homens eram mais caros, sobretudo no meio rural. Já as mulheres podiam ter preços equivalentes ou superiores no trabalho doméstico até a Lei do Ventre Livre (1871), que reduziu seu valor relativo ao retirar a função reprodutiva como fonte de lucro. Os brasileiros eram, em média, mais valorizados que os africanos, pela adaptação cultural e linguística. Regionalmente, Recife e Zona da Mata tinham preços mais altos, enquanto Agreste e Sertão mostravam valores mais baixos. O estudo também relaciona variações de preços à expansão açucareira (1850) e às leis abolicionistas, concluindo que os preços revelam preferências senhoriais e distinções de gênero, origem e função social na escravidão pernambucana. Em relação ao Agreste, este aparece como região marcada pelo cultivo do algodão, em contraste com a produção açucareira da Zona da Mata e o caráter urbano de Recife. Os preços médios dos escravizados no Agreste foram mais baixos que em Recife e Zona da Mata, aproximando-se dos do Sertão. Entre 1800 e 1849, a média foi de 28.032,81 libras, contra 30.880,83 em Recife e 31.334,25 na Zona da Mata. De forma geral, o Agreste acompanhou as oscilações do período, mas manteve valores mais baixos, reflexo de sua menor renda e produtividade em relação a outras regiões.¹⁵

Também contribuem para essa consolidação empírica as pesquisas de Marcelo do Nascimento (2016), ao analisar a estrutura fundiária e social de Pesqueira¹⁶, e de José Eduardo da Silva (2020), ao examinar a escravidão em Garanhuns entre 1800 e 1850.¹⁷ Ambos reforçam a centralidade da terra e da posse de escravizados na no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

15. TEIXEIRA, Pedro Acioly. Escravidão: um estudo sobre preços em Pernambuco. Monografia – Universidade de Brasília, DF, 2019.

16. NASCIMENTO, Marcelo O. do. Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente. Pesqueira: Ed. do autor, 2016.

17. SILVA, José Eduardo da. Além do litoral: escravidão no agreste meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

reprodução das elites locais, evidenciando a inserção dessas localidades em circuitos econômicos internos e regionais. De forma semelhante, Flávio José Gomes Cabral (2020), ao estudar a população livre e escrava de Bonito no século XIX, mobiliza levantamento estatístico (1828 a 1872) para demonstrar a presença contínua de cativos, bem como práticas de resistência, alforria e tráfico interprovincial.¹⁸

O elemento comum a esses estudos é a adoção de metodologia seriada e quantitativa como instrumento de revisão historiográfica. Ao substituir impressões generalizantes por dados sistematizados, esses autores ofereceram base empírica sólida para sustentar a tese da interiorização do escravismo pernambucano. A escravidão no Agreste e no Sertão deixou de ser tratada como fenômeno excepcional ou marginal para ser compreendida como componente estruturante, ainda que sob formas produtivas distintas da plantation.

Dessa maneira, a consolidação empírica marcou uma mudança decisiva na interpretação da escravidão interiorana. Não se tratava mais apenas de sugerir a presença de escravizados no interior, mas de demonstrar quantitativamente sua importância na composição da riqueza, na dinâmica produtiva e na formação das hierarquias sociais regionais. Ao fazê-lo, essa vertente historiográfica redefiniu o mapa do escravismo pernambucano e abriu espaço para análises mais complexas sobre as especificidades locais, as redes de circulação e as formas regionais de sociabilidade escrava.

Regionalização da análise e estudos de caso: micro-história e territorialização

Se a consolidação empírica demonstrou quantitativamente a relevância da escravidão no Agreste e no Sertão pernambucanos, a etapa seguinte da revisão historiográfica consistiu em aprofundar a análise por meio de estudos de caso e abordagens micro-históricas, capazes de captar as especificidades regionais, as práticas cotidianas e as formas locais de organização do trabalho cativo. Esse movimento implicou não apenas a ampliação do repertório documental, mas também uma mudança de escala analítica, deslocando o foco das médias estatísticas para as experiências concretas de senhores, escravizados e comunidades interioranas.

Nesse contexto, a dissertação de Caetano de Carli (2007), ao investigar a fazenda Pantaleão, situada na Alagoa de Baixo, isto é, na região atualmente pertencente a Sertânia, oferece contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas sertanejas. Ao analisar inventários e outras fontes locais, o autor evidenciou a proximidade cotidiana entre senhores e cativos nas atividades pecuaristas, sugerindo que a dispersão espacial e as condições ambientais do semiárido produziram formas

18. CABRAL, Flávio José Gomes. Bonito: das míticas caçadas à indústria do turismo – histórias reveladas de uma cidade do século XVIII. Curitiba: CRV, 2020.

específicas de controle e sociabilidade. Diferentemente do modelo clássico da plantation, caracterizado por grandes senzalas e rígida separação espacial, os escravizados da fazenda Pantaleão viviam em casebres semelhantes aos ocupados por trabalhadores livres e agregados, o que teria favorecido maior estabilidade familiar e redes de convivência menos hierarquizadas em termos espaciais. Tal interpretação não nega a violência estrutural do sistema, mas aponta para adaptações regionais do escravismo, reforçando a ideia de que a interiorização não significou diluição do cativo, e sim sua reconfiguração.¹⁹ Nas palavras do autor

O modelo da Fazenda Pantaleão sugere também que os cativos viviam nos casebres que cercavam a casa grande sertaneja e que sua morada não era diferente da população livre agregada à casa senhorial, como camponeses e vaqueiros. Sendo assim, esses homens não viviam em senzalas, como no modelo da plantation pernambucana, mas em casebres – onde teriam melhores condições de desenvolver uma vida familiar estável. (CARLI, 2007, p. 45)

Embora menos numerosa em comparação às áreas de plantation, essa forma de escravidão não pode ser considerada inexistente ou irrelevante. Os escravizados estavam diretamente inseridos no processo produtivo: plantavam, colhiam, preparavam alimentos e executavam outros serviços fundamentais tanto para a subsistência quanto para a geração de renda de seus senhores. Além disso, sua presença deixou marcas duradouras na formação genética e cultural das comunidades sertanejas.

O cativo estava inserido na cultura daquela região quase como um nativo – o que torna o sistema escravista sertanejo oitocentista algo bastante peculiar, se compararmos com as zonas de plantation em Pernambuco. Enquanto havia grandes diferenças nos costumes de um senhor de engenho e seu cativo, talvez entre o senhor de uma fazenda pecuarista e seu escravo elas não fossem gritantes. (CARLI, 2007, p. 53).

Em obra posterior, Caetano de Carli (2015), aprofundou essa perspectiva ao argumentar que o Sertão não deve ser concebido como periferia econômica do escravismo, mas como espaço dotado de dinâmicas próprias de controle senhorial e organização produtiva. Ao enfatizar as elites locais e suas estratégias de manutenção da autoridade, o autor contribui para consolidar a noção de uma escravidão interiorana estruturada, embora distinta em escala e forma da plantation açucareira.²⁰

De maneira complementar, a produção de Alexandre Bittencourt Leite Marques (2012), em sua dissertação, amplia a regionalização da análise ao articular história social, cultura material e territorialização ao investigar a formação territorial e a cultura material do povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco entre 1775 e 1835. Com base em uma metodologia interdisciplinar que inclui inventários post-mortem, documentos administrativos e prospecções arqueológicas, o autor revela como os

19. CARLI, Caetano de. A família escrava no sertão de Pernambuco (1850-1888). 2007. 127 pág. Dissertação de Mestrado em História Social - UNB: Brasília, 2007

20. DE CARLI, Caetano. O escravismo e o sertão de Pernambuco. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

colonizadores transformaram o espaço natural em território socialmente estruturado, evidenciando as formas de moradia, trabalho e apropriação do ambiente. Embora não trate exclusivamente da escravidão, sua pesquisa ilumina os modos como o trabalho compulsório e a exploração da terra se integraram à dinâmica da ocupação colonial do Agreste, contribuindo de modo significativo para a compreensão das experiências sociais e culturais nos interiores da capitania de Pernambuco.²¹

Em sua tese intitulada “No coração das terras”, Alexandre Marques (2019), ofereceu uma leitura transatlântica da escravidão ao conectar o Sertão pernambucano às rotas de Angola. A partir de fontes notariais e eclesiásticas, o autor mostrou como localidades como Alagoinha e Pesqueira estiveram inseridas nas redes atlânticas de tráfico e cultura senhorial, desafiando a visão de isolamento ou marginalidade do interior.²² Alexandre Marques afirma que:

A presença de escravos originários da África tornara-se permanente nos sertões de Pernambuco, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII. Abertas as fazendas de gado, erigidos povoados e vilas, cultivadas as plantações de algodão e os roçados de milho, mandioca e feijão, potencializou-se, muito mais, a presença de escravos provenientes de Angola, do Congo, da Costa da Mina, entre outros lugares do continente africano. Apesar dessa presença marcante, há uma carência de estudos sobre o perfil dos escravos africanos e de seus descendentes nos ditos sertões. Pouco se conhece sobre as características dos diversos grupos de africanos, que foram, forçadamente, introduzidos nessa distante região de Pernambuco, assim como dos seus descendentes diretos ou mestiços que ali nasceram. (MARQUES, 2021, p. 249).

Essa perspectiva transregional é particularmente relevante porque desloca o debate da mera presença numérica de escravizados para a análise das origens africanas, das continuidades culturais e das formas de apropriação do espaço. Ao evidenciar que a presença de africanos no Sertão se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII, o autor demonstra que o interior não era apenas espaço de redistribuição interna de cativos, mas também parte integrante das redes atlânticas do tráfico. A territorialização do poder senhorial e a formação de comunidades sertanejas, portanto, devem ser compreendidas à luz dessas conexões mais amplas.

No levantamento historiográfico, é importante registrar também a existência de trabalhos de graduação que abordaram a temática em escala local. Exemplo disso é a monografia de Yvonne Costa Carvalho de Araújo Lima (2008), intitulada “Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: um estudo de caso da propriedade escrava da vila de Altinho na segunda metade do século XIX”, elaborada no curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação

21. MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Entre Lajedos e Lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco (1775-1835). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012

22. MARQUES, A.B.L. “No “coração das terras” - os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora (Portugal), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/25748>.

de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.²³ Contudo, não foi possível ter acesso ao conteúdo integral do trabalho, o que limita uma apreciação mais detalhada de suas contribuições. Mas, o pesquisador Helder Silva de Melo²⁴ em sua dissertação, analisa o trabalho dela e afirma:

Para a Vila de Altinho, no Agreste de Pernambuco, Yvonne Costa C. de Araujo Lima, em 76% dos inventários os escravos representavam mais da metade da riqueza legada entre 1840 e 1851. Ver LIMA, Yvone Costa Carvalho de Araujo. *Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: a vila de Altinho na segunda metade do século XIX*. Monografia de Conclusão de Curso. Recife: Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 53. (MELO, 2015, p. 55).

Nesse conjunto de estudos, a micro-história e a regionalização não representam fragmentação interpretativa, mas aprofundamento analítico. Ao examinar fazendas específicas, povoados determinados e trajetórias locais, esses autores evidenciam como a escravidão se articulava ao ambiente, à economia pastoril, às relações familiares e às estratégias de mobilidade social. A escala reduzida permite captar nuances invisíveis nas análises macroestruturais, revelando tanto mecanismos de dominação quanto espaços de negociação e adaptação.

Dessa forma, a regionalização da historiografia não apenas confirma a interiorização do escravismo demonstrada pelos estudos quantitativos, mas também qualifica essa interiorização ao evidenciar suas formas concretas de funcionamento. O Agreste e o Sertão pernambucanos emergem, assim, não como margens do sistema, mas como territórios socialmente estruturados, atravessados por hierarquias escravistas, redes atlânticas e práticas culturais próprias. A passagem da quantificação à territorialização consolida, portanto, uma etapa decisiva na revisão historiográfica, ao integrar escala local e sistema mais amplo na compreensão da escravidão interiorana.

Territorialidades negras e ressignificação do quilombo

Paralelamente à consolidação dos estudos quantitativos e à regionalização da análise por meio de micro-histórias, a historiografia sobre a escravidão no interior pernambucano passou a incorporar outra dimensão fundamental: a das territorialidades negras e da ressignificação do conceito de quilombo. Esse deslocamento ampliou o debate para além da inserção econômica dos escravizados, enfatizando permanências comunitárias, identidades étnicas e disputas por reconhecimento territorial no Agreste e no Sertão.

23. LIMA, Yvonne Costa Carvalho de Araújo. *Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: um estudo de caso da propriedade escrava da vila de Altinho na segunda metade do século XIX*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

24. MELO, Helder Silva de. *Donos de gado e gente: fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro – Alagoas*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Nesse contexto, o trabalho de Suzeli de Almeida (1992), intitulado “Pacto do Silêncio: O Livramento dos Negros, uma comunidade no Sertão do Pajeú”, ao analisar a formação do sítio Livramento, no Sertão do Pajeú, representa contribuição relevante. A comunidade localiza-se no alto do Planalto da Borborema, na divisa entre Pernambuco (município de Triunfo) e Paraíba (município de Princesa Isabel), próxima ao Pico do Papagaio. Ao investigar a constituição de um agrupamento de “negros livres” que ocuparam terras devolutas ainda sob o regime escravista, a autora evidencia que o interior não foi apenas espaço de exploração do trabalho cativo, mas também território de construção de experiências autônomas e comunitárias. A ocupação de áreas consideradas marginalizadas pelo poder colonial e imperial revela estratégias de inserção territorial que desafiam a narrativa de passividade e dependência atribuída às populações negras no Sertão.²⁵ Nesse sentido, Livramento surge como exemplo de formação comunitária que articula liberdade relativa, ancestralidade e apropriação do espaço.²⁶

De modo semelhante, o estudo de Ester Gonzaga (2003), ao examinar a comunidade negra do Sítio Guaribas, no município de Bezerros, insere-se no processo contemporâneo de ressignificação do quilombo. A autora demonstra como a construção da identidade quilombola envolve a mobilização da memória coletiva, da herança ancestral e da reivindicação de direitos territoriais. Ao tratar a comunidade como sujeito histórico ativo na luta por reconhecimento social e jurídico, o trabalho amplia o campo da historiografia da escravidão para além da temporalidade estritamente colonial ou imperial, evidenciando continuidades e disputas que atravessam o século XX e alcançam o presente.²⁷

Essas pesquisas dialogam com uma reorientação historiografia mais ampla, que passou a compreender o quilombo não apenas como espaço de resistência armada e ruptura com o sistema escravista, mas também como categoria política e identitária em constante reconstrução. No caso pernambucano, essa abordagem permite reconhecer que o Agreste e o Sertão abrigaram múltiplas formas de territorialização negra, muitas vezes invisibilizadas tanto pela tradição clássica quanto pela produção memorialista local.

25. ALMEIDA, Suzeli. Pacto do Silêncio: O Livramento dos Negros, uma comunidade no Sertão do Pajeú-PE. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1992.

26. Sobre a localidade denominada “Livramento”, destacam-se os estudos desenvolvidos por Janine Primo Carvalho de Menezes, que investigou o tema em diferentes níveis de formação acadêmica: na monografia de graduação (MENESES, Janine Primo Carvalho de. Livramento, história de um lugar, memória de um povo. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007); na dissertação de mestrado (MENESES, Janine Primo Carvalho de. Livramento, um quilombo desde “o tempo de pa trás”. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010); e na tese de doutorado, em que amplia a discussão para a temática do direito à terra quilombola (MENESES, Janine Primo Carvalho de. Memória e história no direito à terra quilombola: o Timbó de José Victorino da Conceição Anchieta – Garanhuns, PE (Séc. XIX – tempo presente). Tese – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021).

27. GONZAGA, Ester Monteiro. Sítio Guaribas: uma comunidade negra nas terras da Santa. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

A incorporação das territorialidades negras ao debate historiográfico produz efeito duplo. Por um lado, reafirma que a escravidão interiorana não pode ser reduzida a uma questão de números ou estrutura produtiva, pois deixou marcas profundas na organização do espaço, na formação das comunidades e na memória coletiva. Por outro, tensiona a própria narrativa historiográfica ao deslocar o foco das elites senhoriais para os sujeitos subalternizados, evidenciando estratégias de permanência, negociação e construção identitária.

Desse modo, a ressignificação do quilombo e a análise das territorialidades negras representam etapa fundamental da revisão historiográfica. Ao articular passado escravista e reivindicações contemporâneas, esses estudos ampliam o escopo interpretativo da escravidão no interior pernambucano, demonstrando que o Agreste e o Sertão foram não apenas espaços de exploração do trabalho cativo, mas também territórios de formação de comunidades negras cuja história ultrapassa os limites formais do regime escravista.

Memória, tradição memorialista e silenciamentos: o caso de Caruaru

Se a historiografia acadêmica recente contribuiu para romper a invisibilização da escravidão no Agreste e no Sertão pernambucanos, a tradição memorialista local revela outro tipo de silenciamento, mais sutil e persistente. No caso de Caruaru, a produção memorialista do século XX foi fortemente marcada por uma escrita de caráter celebratório e identitário, centrada nas famílias colonizadoras, nos marcos institucionais e na construção de uma narrativa de progresso urbano. Nesse contexto, a escravidão não esteve ausente, mas apareceu de forma tangencial, fragmentada e subordinada ao protagonismo das elites locais.

Ao analisarmos as produções sobre a cidade de Caruaru ao longo do século XX, encontramos uma tradição memorialista da cidade que desempenhou papel fundamental na construção das narrativas sobre o local. Autores como Nelson Barbalho²⁸, com obras de caráter nostálgico e identitário (Caruaru de Meu Tempo²⁹,

28. De acordo com José Veridiano dos Santos (2006), Nelson Barbalho aparece como a principal referência memorialista da história de Caruaru. Nascido em 1918, em uma família modesta, o pai alfaiate e a mãe doméstica, Barbalho construiu sua trajetória inicialmente como cronista e articulista nos jornais da cidade. Ainda nos anos 1940 e 1950, assinava textos sob pseudônimos como Cavalcante do Norte, nos quais registrava episódios, causos, anedotas e perfis de personagens locais. Esse exercício de escrita marcou o início de sua busca por documentar o passado de Caruaru, a partir de arquivos, documentos e relatos orais. Sua produção, embora não se restringisse a livros, ganhou força sobretudo a partir do final da década de 1960, quando passou a publicar obras que se tornaram referências para a memória coletiva da cidade, como Caruru, Caruaru, País de Caruaru e Caruaru de vila a cidade. Nesses trabalhos, Barbalho procurou estabelecer marcos cronológicos, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que exaltava o cotidiano e os símbolos identitários do Agreste. A dissertação destaca que, antes de se firmar como “historiador”, ele já havia se consolidado como cronista, dando existência textual a uma Caruaru que passava a integrar o imaginário de seus habitantes. Assim, sua escrita evoluiu de crônicas ocasionais a uma vasta obra memorialista, que mistura observação, saudosismo e um esforço de construção histórica da cidade. In SANTOS, José Veridiano dos. A fala da cidade: memória, identidade e representações sociais em Caruaru (1950-1970). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

29. BARBALHO, Nelson. Caruaru de meu tempo: feliz chão das traquinagens. CEPE, 1980.

Meu Povinho de Caruaru³⁰, Trem da Saudade³¹, País de Caruaru³²), consolidaram uma memória que enaltece a feira, o povo e as famílias tradicionais. Outros nomes, como Aurélio Limeira Tejo, em “Enéias: memórias de uma geração ressentida” (1956)³³, e José Condé, no romance “Terra de Caruaru”³⁴, mesclaram lembranças pessoais e observações literárias para representar o cotidiano e os tipos humanos da cidade. Embora esses autores tenham frequentemente se limitado a uma visão idealizada e saudosista, suas obras são fontes relevantes para compreender como se formaram as representações identitárias da cidade, fornecendo à historiografia elementos de memória coletiva que, mesmo seletivos, são indispensáveis à reconstrução da história local. Nessas narrativas, a presença dos escravizados é mencionada apenas de forma marginal, já que o eixo central recaía sobre os feitos das famílias colonizadoras responsáveis pelo desenvolvimento do território caruaruense.

Nelson Barbalho possui vasta produção dedicada à história de Caruaru. Contudo, para os fins deste artigo, serão analisadas apenas duas de suas obras mais conhecidas, Caruaru de Vila a Cidade (1980) e País de Caruaru (1974), utilizadas aqui como exemplos representativos, sem a pretensão de realizar um mapeamento exaustivo de toda a sua produção.

Mesmo assim, esses trabalhos preservam registros importantes da presença negra na história local. Em “Caruaru de Vila a Cidade” (1980)³⁵, surgem referências a escravos lavando roupa no rio Ipojuca, interrompendo o trabalho para cantar, dançar e tocar instrumentos como atabaques, pandeiros, berimbaus e pifanos e associa-se aos festejos populares como cavalhadas, reisados, bumba-meu-boi e jogos profanos ao som da zabumba dos pretos. Também aparecem referências aos escravos empregados na agricultura, às violências sofridas, como o estupro de escravas, às rezas e práticas de cura popular durante a epidemia de cólera, ao envolvimento de padres com a posse de cativos, e até às mortes em massa de negros pela peste.³⁶

30. Idem. Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente. Recife: CEPE, 1980.

31. Idem. Trem da saudade: parada obrigatória: estação Caruaru. Recife: CEPE, 1980.

32. Idem. País de Caruaru: subsídios para a história do agreste. Recife: CEPE; Caruaru: FAFICA/PMC, 1974.

33. TEJO, Aurélio Limeira. Enéias: memórias de uma geração ressentida. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.

34. CONDÉ, José F. Terra de Caruaru. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

35. BARBALHO, Nelson. Caruaru de Vila a Cidade. Recife: CEPE, 1980.

36. Um Trabalho de Conclusão de Curso recente voltou-se à análise da presença da memória da escravidão na produção de Nelson Barbalho. No entanto, sua investigação restringiu-se exclusivamente à obra Caruaru de Vila a Cidade (1980), deixando de considerar outras produções do autor em que há menções significativas à população negra e à experiência escrava. Além disso, o estudo privilegiou apenas alguns trechos em que aparecem referências a escravos ou descendentes de africanos, sem contemplar a totalidade das passagens nas quais Barbalho registra, ainda que de forma incidental, aspectos do cotidiano e das práticas culturais dos negros em Caruaru. Dessa forma, o trabalho, embora importante por levantar essa discussão no âmbito da memória local, apresenta limites ao não explorar de maneira sistemática o conjunto das obras do memorialista. Trata-se do TCC de SILVA, Hugo Wesley Oliveira. Os santos e o público: etnografia visual da roda de preto velho de Caruaru, Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais Bacharelado, 2023.

De forma semelhante, em “País de Caruaru” (1974), uma das obras mais conhecidas de Nelson Barbalho, a escravidão também se faz presente, ainda que de maneira incidental. No capítulo intitulado “O livro do tabelião Melo”, o autor recorre ao primeiro livro de notas da localidade e nele destaca passagens que registram a prática da escravidão no cotidiano da vila. São mencionadas cartas de alforria, escravos utilizados como garantia de empréstimos e até doações de cativos, revelando a inserção desses indivíduos nas transações jurídicas e econômicas da época. Barbalho cita ainda o caso da escrava do padre Jorge Guerra, mãe de um mulato, José Joaquim, que foi afilhado do próprio padre, além de episódios de violência, como o de um escravo que matou seu senhor em Caruaru. Aparece também a referência ao “Brejo da mulata”, espaço associado a negros aquilombados.³⁷

A leitura dessas obras permite ir além da constatação da presença episódica da escravidão. É possível perceber que Barbalho constrói um projeto de cidade ancorado na valorização das famílias pioneiras, da feira como símbolo de progresso e da formação de uma identidade urbana marcada pelo trabalho, pela religiosidade e pelo espírito comunitário. Trata-se de uma narrativa que busca consolidar uma memória positiva e integradora de Caruaru, enfatizando continuidade, tradição e pertencimento. Nesse enquadramento, a escravidão não desaparece completamente, mas surge em registros fragmentários como cenas isoladas, episódios de violência ou menções jurídicas que não chegam a estruturar a narrativa histórica. Esses “flashes” da experiência escrava não indicam ausência de documentação, mas revelam escolhas narrativas que privilegiam determinados sujeitos e silenciam outros. Assim, a marginalização da escravidão na tradição memorialista parece decorrer menos de esquecimento involuntário e mais de uma estratégia de construção identitária que desloca o conflito e a violência estrutural para o pano de fundo da história local.

A tradição memorialista, portanto, não deve ser descartada. Ela preservou documentos, referências e fragmentos de memória que poderiam ter se perdido. Contudo, sua lógica narrativa consolidou uma leitura seletiva do passado, na qual a escravidão aparece como pano de fundo e não como elemento estruturante da sociedade caruaruense oitocentista. O silêncio não é absoluto, mas estrutural: os escravizados figuram como coadjuvantes, enquanto o centro da narrativa permanece com as elites senhoriais.

Esse quadro revela um duplo movimento historiográfico: enquanto a historiografia clássica privilegiou o litoral e minimizou o interior, a memorialista local valorizou o interior, mas silenciou a centralidade da escravidão em sua formação. A marginalização da experiência negra em Caruaru decorre menos da ausência de fontes e mais das escolhas narrativas que moldaram a identidade urbana.

37. BARBALHO, Nelson. País de Caruaru: subsídios para a história do agreste. Recife; CEPE; Caruaru: FAFI-CA/PMC, 1974.

A análise crítica dessas obras permite compreender a memória como espaço ambíguo: ao mesmo tempo em que preserva, também seleciona e hierarquiza experiências. O cruzamento entre a produção memorialista e a documentação seriada possibilita recuperar a dimensão estrutural da escravidão na cidade, demonstrando que sua invisibilização foi resultado de enquadramentos interpretativos. Nesse sentido, o caso de Caruaru evidencia como revisão empírica e crítica da memória local são processos complementares na reconstrução da história da escravidão no interior pernambucano.

CONCLUSÃO

A trajetória historiográfica analisada neste estudo demonstra que a compreensão da escravidão no Agreste e no Sertão pernambucanos percorreu um caminho de transição da invisibilização para uma revisão empírica e analítica consistente. Durante grande parte do século XX, o predomínio do paradigma litoralista vinculou o fenômeno do cativo quase exclusivamente à plantation açucareira da Zona da Mata, o que gerou uma hierarquia espacial e interpretativa que relegava o interior à condição de periferia secundária e economicamente irrelevante.

Contudo, a partir das décadas de 1980 e 1990, a incorporação sistemática de documentação local como inventários post-mortem, registros paroquiais e fontes cartoriais, permitiu que a escravidão interiorana deixasse de ser um fenômeno episódico para se tornar objeto de investigação sistemática. Levantamentos seriais de maior escala, especialmente a partir dos anos 2000, comprovaram quantitativamente que entre 30% e 40% da população escravizada da província encontrava-se fora da Zona da Mata, evidenciando que a posse de cativos era fundamental na composição da riqueza e na dinâmica produtiva do Agreste e do Sertão.

Essa revisão não se limitou aos dados estatísticos, ela avançou para uma regionalização da análise por meio da micro-história, revelando formas próprias de organização do trabalho, sociabilidade e territorialização do poder senhorial no semiárido. Mais recentemente, a inserção das territorialidades negras e a ressignificação do conceito de quilombo incorporaram as dimensões da identidade e da memória ao debate, expandindo o horizonte temporal para além da abolição em 1888 e reconhecendo os sujeitos escravizados como agentes ativos na construção do território.

O estudo de caso de Caruaru é emblemático nesse processo de revisão. A análise crítica da tradição memorialista local demonstrou que a invisibilização da escravidão na cidade não decorreu da falta de evidências, mas de escolhas narrativas identitárias que privilegiaram o protagonismo das elites pioneiras em detrimento da centralidade do trabalho cativo. Ao confrontar os “flashes” de memória de autores

como Nelson Barbalho com os dados documentais seriados, este trabalho pôde restituir ao interior sua complexidade social.

Por fim, sustenta-se que o Agreste e o Sertão integraram de forma estrutural e orgânica o sistema escravista oitocentista, sob lógicas produtivas e sociais adaptadas às suas especificidades. A interiorização do escravismo revela-se, assim, não apenas como um dado empírico, mas como uma construção historiográfica em constante renovação, fundamental para uma compreensão plural e menos excludente da história de Pernambuco e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 107-182. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>. Acesso em: 18.02.2026.

ALMEIDA, Suzeli. Pacto do Silêncio: O Livramento dos Negros, uma comunidade no Sertão do Pajeú-PE. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1992.

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanas / FFLCH/USP, 2004.

BARBALHO, Nelson. Caruaru de meu tempo: feliz chão das traquinagens. CEPE, 1980.

BARBALHO, Nelson. Caruaru de Vila a Cidade. Recife: CEPE, 1980.

BARBALHO, Nelson. Meu povinho de Caruaru: histórias de gente da gente. Recife: CEPE, 1980.

BARBALHO, Nelson. País de Caruaru: subsídios para a história do agreste. Recife; CEPE; Caruaru: FAFICA/PMC, 1974.

BARBALHO, Nelson. Trem da saudade: parada obrigatória: estação Caruaru. Recife: CEPE, 1980.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a noção de campo histórico. História e-História, Unicamp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CABRAL, Flavio José Gomes. Bonito: das míticas caçadas à indústria do turismo – histórias reveladas de uma cidade do século XVIII. Curitiba: CRV, 2020.

CARLI, Caetano de. A família escrava no sertão de Pernambuco (1850-1888). 2007. 127 pág. Dissertação de Mestrado em História Social - UNB: Brasília, 2007.

CARLI, Caetano de. O escravismo e o sertão de Pernambuco. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

CINTRA, Ivete de Moraes. Gado brabo de senhores e senzalas. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988.

CONDÉ, José F. Terra de Caruaru. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

COSTA, Cleonir e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Aspectos da escravidão em Pernambuco: uma amostragem da documentação paroquial e cartorial de seus municípios, Revista de História Municipal, Recife: FIAM, ano III, nº 4, mar. 1991.

DIAS, Lêda de Oliveira. Relatório de Identificação da Comunidade Negra Rural Remanescente de Quilombo Serrote do Gado Brabo – Município de São Bento do Una. Fundação Cultural Palmares, 2002.

DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da Revista do Arquivo Público, 7.34, 1.º semestre, 1947. p. 27-28.

FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. Serrote do Gado Brabo: identidade, territorialidade e migrações em uma comunidade remanescente de Quilombo. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

GONZAGA, Ester Monteiro. Sítio Guaribas: uma comunidade negra nas terras da Santa. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Yvonne Costa Carvalho de Araújo. Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: um estudo de caso da propriedade escrava da vila de Altinho na segunda metade do século XIX. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Entre Lajedos e Lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco (1775-1835). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

MARQUES, A.B.L. “No “coração das terras” - os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora (Portugal), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/25748>.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito F. Comunidades Quilombolas: recompondo os estudos sobre o negro brasileiro rural: o caso do Serrote do Gado Brabo. NEPE/PPGA/UFPE, 2002.

MELO, Helder Silva de. Donos de gado e gente: fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro – Alagoas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

MENESES, Janine Primo Carvalho de. Livramento, história de um lugar, memória de um povo. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MENESES, Janine Primo Carvalho de. Livramento, um quilombo desde “o tempo de pa trás”. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MENESES, Janine Primo Carvalho de. Memória e história no direito à terra quilombola: o Timbó de José Victorino da Conceição Anchieta – Garanhuns, PE (Séc. XIX – tempo presente). Tese – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NASCIMENTO, Marcelo O. do. Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente. Pesqueira: Ed. do autor, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 186-188. Disponível em: https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosophos_Brasil/Formacao_Brasil-Caio_Prado.pdf. Acesso em: 18.02.2026.

SILVA, Hugo Wesley Oliveira. Os santos e o público: etnografia visual da roda de preto velho de Caruaru, Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais Bacharelado, 2023.

SILVA, José Eduardo da. Além do litoral: escravidão no agreste meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Nas solidões vastas e assustadoras - os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ROSAS, Suzana Cavani; BRANDÃO, Tanya Maria Pires (org.). Os sertões: espaços, tempos, movimentos. Recife: Editora Universitária, 2010.

SANTOS, José Veridiano dos. A fala da cidade: memória, identidade e representações sociais em Caruaru (1950-1970). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

TEIXEIRA, Pedro Acioly. Escravidão: um estudo sobre preços em Pernambuco. Monografia – Universidade de Brasília, DF, 2019.

TEJO, Aurélio Limeira. Enéias: memórias de uma geração ressentida. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

WEBB, Kempton E. A face cambiante do Nordeste do Brasil. Tradução de J. Alexandre R. Orrico. Rio de Janeiro: Apec Editora/Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 1979.